

PAIS E MÃES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: O QUE HÁ DE CONSENSUAL NAS REPRESENTAÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Luciana Oliveira Freitas Monteiro-UFPE

Luzdois002@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil por muito tempo foi concebida com a função mais assistencialista que pedagógica. No Brasil, a Educação Infantil surge de forma precária nos moldes assistencialistas, marcada pelo caráter compensatório e enfrentando muitos obstáculos. Com a Constituição de 1988, grande parte, dos debates e as lutas em defesa da criança como sujeito de direitos, como cidadã foram assimilados. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei N° 9394/96 de 20/12/1996, a Educação Infantil torna-se a primeira etapa da educação básica. Deixou de ser de responsabilidade dos serviços de assistência social e passou a integrar os sistemas da educação.

Na atualidade, ainda é possível perceber uma realidade marcada pelas contradições entre a garantia do direito e a precariedade da oferta de Educação Infantil. Porém, cabe aos pais e mães a responsabilidade de buscarem por esse atendimento para os filhos de zero a cinco anos de idade. Tendo em vista a realidade da Educação Infantil e o progressivo acesso das crianças a essa primeira etapa da escolarização, neste artigo, fruto de uma pesquisa mais ampla, procuramos identificar as representações sociais de Educação Infantil, construídas por pais e mães de crianças, usuárias de instituições públicas, que atendem crianças de zero a cinco anos, examinando o campo comum das representações sociais dessas famílias. Considerando o papel complementar das famílias no processo de educação das crianças reconhecemos a relevância da temática tratada e contribuições do presente texto.

Como referencial teórico adotaremos a Teoria das Representações Sociais (TRS) de S. Moscovici. Nesse estudo utilizamos a abordagem psicossocial de W. Doise, essa vertente busca articular explicações de ordem individual as de ordem societal e evidencia que os processos e mecanismos usados pelos indivíduos em sociedade, são orientados por dinâmicas sociais (interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais). Dessa maneira, Doise (2002 p. 30) define “[...] as representações sociais como princípios organizadores das relações

simbólicas entre indivíduos e grupos, que influenciam as tomadas de posição, ligados às inserções sociais específicas que interferem nas relações sociais.”.

METODOLOGIA

O quadro teórico-metodológico proposto pelo autor para o estudo das representações sociais é modelo tridimensional, ou seja, em três fases que correspondem a hipóteses específicas: identificação campo simbólico comum, verificação de diferenças ou variações e ancoragens das representações sociais. Neste trabalho procuramos identificar os elementos compartilhados das representações sociais de Educação Infantil por pais e mães de crianças.

Para isto utilizamos um questionário organizado em escalas do tipo Likert, com sentenças concernentes a Educação Infantil. Trata-se de uma escala muito usada em Ciências sociais, para levantamentos de atitudes, opiniões e avaliações. (GUNTHER, 2003). Em geral, as escalas contêm quatro ou cinco alternativas, porém, o pesquisador pode alterar o número de itens. A escala que utilizamos tomou por base as funções assumidas pela Educação Infantil, ao longo de sua história no Brasil, tal escala permitiu ao participante apresentar posicionamentos referentes aos aspectos que seriam fundamentais, ou não, no atendimento educacional à criança pequena. O participante se posicionava, assinalando coluna (5) quando concordava plenamente; a coluna (3) quando concordava parcialmente e (1) se não concordava com a afirmação proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 57 sujeitos, sendo (49) mães e (08) pais. Para a análise do material, consideramos as frequências das escolhas por item na escala (concordo, concordo parcialmente e não concordo). As respostas dos participantes que estavam mais concentradas no item (1) constituíram o grupo, cujas representações sociais estão mais distantes da concepção de Educação Infantil e suas finalidades, no contexto atual. Tais respostas estão vinculadas a uma abordagem assistencial do atendimento às crianças. As respostas concentradas no item (3) são indicativas de ambivalências em relação ao que seja Educação Infantil e um maior número de respostas no item (5) sugeria uma representação de Educação Infantil compatível com o discurso pedagógico atual, seu caráter pedagógico, legislação e literatura corrente.

Consideramos como consensual e compartilhado aquelas sentenças que apresentaram 80% ou mais de indicações dos participantes.

Nas sentenças referentes aos números (1, 2, 6, 8, 10,11,16,17,18 e 20). Conforme as sentenças um (1) e dois (2), referentes à faixa etária e os tipos de instituições de Educação Infantil, frequentadas por crianças pequenas, as mães e pais demonstraram com suas respostas acima de (89,4%) um consenso em relação à Educação Infantil: como aquela destinada às crianças na faixa etária de zero a cinco anos; 85,9% desses participantes reconheceram que são as creches, pré-escolas e similares que oferecem esse atendimento educacional.

O consenso pode estar relacionado ao fato do grupo ser usuário direto dessas instituições e seus filhos se encontrarem na faixa de idade dessa demanda e dos incentivos das políticas públicas para com a matrícula das crianças na Educação Infantil. As sentenças de números 6, 8, 10, 11, 16 estavam vinculadas à função pedagógica da Educação Infantil. Os resultados referentes as sentenças com essa numeração revelaram que, entre pais e mães de crianças matriculadas nas instituições públicas, há o seguinte consenso: a Educação Infantil deve garantir acesso à leitura de livros diversos; permitir o uso de material didático adequado e diversificado como (jogos, blocos bonecas); incentivar brincadeiras, desenvolver atividades de pintura, roda de história, cantigas, ateliês, oficinas de desenho e música entre outros. Identificamos uma média de mais 90% de concordância plena com esses enunciados. Esse consenso sinaliza que aspectos mais ligados aos objetivos e finalidades da Educação Infantil no contexto atual. Os indicativos desses aspectos são revelados nas falas das mães, quando destacam às atividades desenvolvidas pelos filhos na instituição e/ou em casa.

A sentença de Nº 12 refere-se à obrigatoriedade do aprendizado das letras do alfabeto maiúsculo e minúsculo, ainda, na Educação Infantil. A concordância de quase 87,7 do grupo com essa sentença pode estar relacionada às próprias convicções dos familiares de que esse é um aprendizado fundamental para a aquisição dos conhecimentos de leitura e escrita, algo que se vincula à realidade da maioria desses pais que possui um nível de instrução elementar e percebem que o domínio dessas habilidades é indispensável para o desenvolvimento de tarefas simples da vida cotidiana.

A sentença de Nº 17 dizia respeito à necessidade de formação/preparo profissional para o exercício da função do professor da Educação Infantil. Em relação a esse enunciado, constatamos 89,7% das famílias concordaram que a formação para a docência na Educação Infantil é importante, ou é um requisito para ser professor. Em momentos anteriores, a

profissionalização do professor para esse segmento não era exigida. O grupo participante reconhece a necessidade de formação e preparo do professor para exercer suas funções na Educação Infantil.

O sucesso escolar futuro e sua relação com a frequência da criança à Educação Infantil era o enunciado da sentença de N° 18. Em torno de 91% das famílias respondentes concordaram com essa assertiva. Segundo os participantes, quando a criança, desde pequena, tem acesso a um processo formal de educação, torna-se mais fácil dar continuidade aos estudos e ter sucesso na vida futura.

A sentença N° 20 trata da interação entre os profissionais da instituição de Educação Infantil e as famílias, para (94,7%) dos sujeitos essa relação de interação é considerada relevante. Para eles, o contato entre a equipe educacional e famílias funciona como um elo que favorece a Educação Infantil. A necessidade de uma relação mais estreita e próxima com esses profissionais está associada, principalmente, à faixa de idade, na qual essas crianças se encontram e os cuidados que inspiram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelam que as famílias de crianças matriculadas em instituições públicas compartilham representações sociais de Educação Infantil como um espaço de suporte, cuidado, aprendizagem e desenvolvimento de seus filhos. Portanto, não podemos desconsiderar os vínculos de pertença do sujeito aos grupos. O consenso representacional identificado resulta de afinidades dessas mães e pais em relação ao objeto (Educação Infantil), das trocas de opiniões com outras pessoas (professores, outros pais e mães, gestores escolares, etc.) e de conhecimentos provenientes de outras fontes de comunicação diversas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília--DF, 1996.

DOISE, W. Da psicologia Social a Societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 18, n. 1, p. 27-35, 2002.

GÜNTHER, H. (2003). Como Elaborar um Questionário (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, Nº 01). Brasília: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.

MOSCOVICI, S. A Psicanálise, sua imagem e seu público. Petrópolis: Vozes, 2012.